

DIRETIVA ESGOTO TRATADO

ET3: Preenchimento integral do questionário referente às diretrizes para o sistema de coleta e tratamento de esgoto local presentes no Plano Municipal de Saneamento Básico.

INTRODUÇÃO

O saneamento básico passou a ter a partir de 2007, um moderno arcabouço legal estabelecido pela publicação da Lei Federal nº 11.445/2007. No artigo 3º, a Lei define esgotamento sanitário como as atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente. No artigo 19, da referida norma supracitada inova ao estabelecer que a prestação de serviços públicos de saneamento seja orientada por processo público e participativo de planejamento integrado com outras políticas públicas, que deve abranger, no mínimo:

I – diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II – objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III – programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV – ações para emergências e contingências;

V – mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Atenta às essas disposições legais e à importância do planejamento dos serviços de esgotamento sanitário para a busca continuada por um desenvolvimento sustentável, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio do Programa Município Verde Azul (PMVA), definiu um novo item para a Diretiva “Esgoto Tratado”, coerente com a estratégia do Programa de evoluir ano a ano em qualidade e complexidade. A Exigência Técnica 3 (ET-3) consiste no preenchimento integral do questionário referente às diretrizes para o sistema de coleta e tratamento de esgotos local presentes no Plano Municipal de Saneamento Básico ou no Plano Diretor de Esgotamento Sanitário.

FORMULÁRIO E TEMAS

Data: 12 SET 2016	Município: IBIRAREMA
Responsável pela informação: ALLAN OLIVEIRA TÁCITO	

DESCRIÇÃO GERAL DA SITUAÇÃO ATUAL
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES)

O atendimento à ET-3 inicia-se com a “Descrição geral da situação atual do sistema de esgotamento sanitário” do município, indicando o tipo de SES, ou seja, se é exclusivamente municipal (próprio), integrado com outros municípios (por exemplo, em regiões metropolitanas) ou misto (parte integrado e parte próprio).

Tipo de sistema:	(<input checked="" type="checkbox"/>) exclusivamente municipal (próprio)
	() integrado com outros municípios (por exemplo, em regiões metropolitanas)
	() misto (parte integrado e parte próprio)
Coleta (população total) (em %)	92,4
Coleta (população urbana) (em %)	100
Tratamento (população urbana atendida por rede de coleta de esgoto) (em %)	100
Vazão tratada (média mensal em L/s)	038
População urbana atendida (em %) por sistema integrado em conjunto com outro município ou por sistema regional	00
População urbana atendida (em %) exclusivamente pelo SES do município	100

TEMAS

A seguir solicitam-se informações sobre os itens da tabela “Temas”, elaborada com ênfase no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), como preconiza a Lei Federal nº 11.445/2007 e suas regulamentações, ou outro documento oficialmente aprovado pelo município referente ao planejamento do SES como o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário (PDES). O atendimento ou não sobre cada item se dará na coluna de “Situação” com **SIM** ou **NÃO**. Quando a resposta for **SIM**, solicita-se discriminar, no campo “Observações”.

- O que já está implantado ou implantação, nesse último caso indicando a etapa de implantação em que se encontra;
- As fontes de dados e as metodologias de cálculo utilizadas.

Tema	Item	Descrição	Situação
1- Estágio da elaboração do PMSB (ou PDES)	1.1 PMSB em execução	Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e/ou Plano Diretor de Esgotamento Sanitário (PDES) aprovados e em implantação por norma municipal (<i>citar em que etapa está</i>)	(X) Sim () Não
	1.2 PDES em execução		() Sim (X) Não
	1.3 Elaboração do PMSB e do PDES	PMSB e/ou PDES em qualquer das etapas de elaboração (<i>citar em que etapa está</i>)	() Sim (X) Não
2- Integração-articulação do PMSB/PDES com outras políticas municipais	Integração-articulação dos princípios/diretrizes e ações do PMSB/PDES com outras políticas municipais (saúde, meio ambiente, e desenvolvimento urbano) e o plano de recursos hídricos (plano de bacia)	Algum mecanismo de integração-articulação, por meio de normas/procedimentos e arranjos institucionais como órgãos, grupos de trabalho e outros se existentes, (<i>citar quais mecanismos e qual suas fases de implantação</i>)	(X) Sim () Não
3- Metas de coleta de esgotos	Metas de curto, médio e longo prazo, para universalizar a coleta de esgoto em relação à situação atual para todo o município	Metas definidas no PMSB ou no PDES em relação ao ano base do diagnóstico (<i>citar as fontes de dados e a metodologia utilizadas</i>)	(X) Sim () Não
4- Metas de tratamento de esgotos	Metas de curto, médio e longo prazo, para universalizar o tratamento do esgoto coletado, em relação à situação atual, para todo o município	Metas definidas no PMSB ou no PDES em relação ao ano base do diagnóstico (<i>citar as fontes de dados e a metodologia utilizadas</i>)	(X) Sim () Não
5- Programas prioritários	Obras e programas de urbanização e saneamento emergenciais e/ou em áreas críticas do município	Programas no PDES ou PMSB (ou em outros documentos municipais), implantados ou em implantação, para áreas com assentamentos habitacionais precários, corpos de água degradados (em especial nas regiões de mananciais) ou áreas vulneráveis quanto aos indicadores de saúde pública (<i>citar os programas e as fases em que se encontram</i>)	() Sim (X) Não
6- Mecanismos e procedimentos de monitoramento e avaliação: ações e metas do PMSB (ou PDES) e manutenção-operação do SES	6.1 Base de dados georreferenciada sobre a implantação do PMSB e/ou PDES	Base de dado georreferenciada, implantados ou em implantação, com mapeamento da situação atual do SES e das obras de ampliação e melhoria da infraestrutura existente identificadas no PMSB e ou PDES (<i>citar em que etapa está</i>)	(X) Sim () Não
	6.2 Procedimentos de avaliação de ações e metas do PMSB e/ou PDES	Algum mecanismo de monitoramento e avaliação das ações e metas tais como, relatórios anuais discutidos e/ou publicados, indicadores de eficácia e eficiência, avaliação de recursos aplicados (<i>citar os mecanismos, se existentes, e em que fase se encontram</i>)	(X) Sim () Não
	6.3 Bases de dados sobre a operação-manutenção do SES	Sistemas implantados ou em implantação, para o controle da coleta/afastamento dos esgotos, das vazões geradas/tratadas (por meio de medidores e registradores de vazão), eficiência de tratamento (quanto aos padrões legais), coleta e disposição final ambientalmente adequada de lodo (<i>citar em que etapa está</i>)	(X) Sim () Não

Tema	Item	Descrição	Situação
7- Mecanismos e procedimentos de controle social	7.1 Instância de acompanhamento público para a implantação do PDES e/ou PMSB	Instância oficialmente criada ou em implantação (por meio de algum dispositivo legal municipal), com participação pública, para levantamento, compilação, formatação e análise dos dados e informações referentes à implantação e revisão do PMSB e/ou PDES, publicados periodicamente (<i>citar em que etapa está</i>)	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
	7.2 Indicadores para o controle social dos usuários quanto à qualidade dos serviços	Indicadores oficialmente criados ou em implantação (por meio de algum dispositivo legal municipal) quanto à qualidade dos serviços (ligações de esgoto, consertos, tarifas): eficácia e eficiência do atendimento (prazos, preços, satisfação do cliente, etc.) (<i>citar em que etapa está</i>)	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não
	7.3 Disponibilidade das informações para acesso público	Site na rede mundial de computadores ou outro mecanismo, implantados ou em implantação, com atualização periódica, contendo informações sobre a operação do SES, as metas dos planos e seu atendimento (<i>citar em que etapa está</i>)	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
	7.4 Regulação	Existência de ente regulador municipal, legalmente criado ou em implantação, ou de ente delegado com ação no município (por meio de convênios de cooperação) (<i>citar em que etapa está</i>)	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não

OBSERVAÇÕES (SOBRE OS ITENS)

1.1	Encontra-se em execução o Plano Municipal de Saneamento Básico em Água e Esgoto aprovado pela Lei Municipal nº 1.943, de 23 de outubro de 2015.
1.2	–
1.3	–
2.	O PMSB foi elaborado seguindo outras políticas municipais e de acordo com o Plano de Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema, sendo elaborado e acompanhado bimestralmente em parceria com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) que reúne representantes de diversos setores do município de Ibirarema.

3.	As metas definidas de saneamento básico em água e esgoto no município de Ibirarema é manter a atual taxa de 100% de distribuição de água tratada em todo perímetro urbano, e 100% na coleta e tratamento dos efluentes domésticos gerados, prevendo a construção de uma lagoa de tratamento de efluentes após a instalação completa do novo Distrito Industrial.
4.	As metas definidas de saneamento básico em água e esgoto no município de Ibirarema é manter a atual taxa de 100% de distribuição de água tratada em todo perímetro urbano, e 100% na coleta e tratamento dos efluentes domésticos gerados, prevendo a construção de uma lagoa de tratamento de efluentes após a instalação completa do novo Distrito Industrial.
5.	–
6.1	O município de Ibirarema possui o Plano Diretor de Perdas de Água do Sistema de Abastecimento Público Municipal, indicando o georreferenciamento das instalações hidráulicas de água, além de base municipal do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibirarema (SAAEI) demonstrando as ligações do sistema de esgotamento sanitário da cidade.
6.2	O monitoramento e avaliação das ações e metas são realizadas durante as reuniões do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) sendo discutidos os indicadores de eficácia e eficiência, além da avaliação dos recursos municipais aplicados.
6.3	O município possui 100% de coleta e tratamento do esgotamento sanitário com controle das vazões atuais na própria ETE, e monitoramento semestral da eficiência do tratamento com análise do DBO, DQO e pH, atendendo os padrões legais necessários, além da coleta e disposição adequada do lodo gerado.

7.1	O CONDEMA é a instância municipal que possui participação pública, para levantamento, compilação, formatação e análise dos dados e informações referentes à implantação e revisão do PMSB.
7.2	–
7.3	Há disponibilidade de dados da eficiência do tratamento do SES na sede do SAAEI com atualização periódica da ETE, contendo informações das análises de monitoramento realizadas semestralmente.
7.4	O ente responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico é o CONDEMA, órgão colegiado, consultivo e deliberativo que garante a participação da sociedade no acompanhamento e execução dos serviços de saneamento, assegurando a representação dos diversos atores envolvidos na prestação desses serviços.